

--- N.º 3/2016 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

--- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

--- PRIMEIRO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

--- SEGUNDO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 4.000.000,00€, POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO MÉDIO AVE, CRL, NAS CONDIÇÕES MENCIONADAS NA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- TERCEIRO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, O LOTE DE TERRENO COM A ÁREA DE 551,56M2, SITO NO LUGAR DA CARVALHOSA, FREGUESIA DE LOUSADO, PELO VALOR BASE DE LICITAÇÃO DE 12.500.00 €, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- QUARTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DO PARQUE DA DEVESA, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 243.000.00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- QUINTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AOS TRANSPORTES ESCOLARES

PARA O ANO LETIVO 2016/2017, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.562.327,40€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **SEXTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS SUBJETIVOS AO INVESTIMENTO RELATIVOS AOS ANOS DE 2014 E DE 2015 CONSTANTES DA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **SÉTIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM AS FREGUESIAS RELATIVO AOS SUPORTES PUBLICITÁRIOS DIRECIONAIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**OITAVO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTE QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Hélder Joaquim Fernandes Pereira, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

--- ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA-----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA-----**FALTOU**-----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA-----

--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA -----

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS -----**FALTOU-
JUSTIFICOU**

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----
--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----
--- AVELINO ALMEIDA MACAHADO SILVA REIS -----
--- AVELINO FREITAS SILVA -----
--- BRUNO SILVA CAMPOS -----
--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----
--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA -----
--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----
--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU-----**FALTOU-**
JUSTIFICOU
--- DOMINGOS SOUSA COSTA -----
--- DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO -----
--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ-----**FALTOU** -----
--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----
--- HILÁRIO MANUEL RIBEIRO PINTO CAMPOS -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO-----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO -----
--- JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----
--- JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES-----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS-----**FALTOU** -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----

--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES -----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA -----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----
--- MANUEL MARTINS COSTA -----
--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
--- MANUEL SILVA ALVES -----
--- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
--- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----
--- MARIA ESTELA SA VELOSO CARDONA -----
--- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
--- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES -----
--- MIGUEL OLIVEIRA COSTA -----
--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
--- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA ----- **FALTOU** -----
--- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
--- PAULO JORGE LOPES COELHO -----
--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
--- RAQUEL ALMEIDA PINTO -----
--- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ -----
--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
--- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES -----
--- RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
--- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----
--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
--- VITOR TORRES PEREIRA -----

- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----
- ANTES DA ORDEM DO DIA**-----
- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)**-----
- “Informou que, por impedimento profissional, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou à bancada do CDS-PP que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal. -----
- Colocou à discussão e aprovação a ata da sessão ordinária de 29 de abril de 2016. -----
- **PAULO COSTA (BE)** – Solicitou a correção de alguns lapsos de escrita naquela ata, o qual foi aceite pela Mesa.” -----
- Posta à votação a referida ata com as devidas correções, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----
- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - deu conhecimento que o senhor deputado Manuel Joaquim Duarte Santos, eleito pela lista do Partido Socialista, havia renunciado ao mandato de deputado municipal, sendo substituído pelo senhor deputado André Filipe Pinheiro Moreira da Costa. -----
- Deu conhecimento das adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais seguintes: -----
- **EDP COMERCIAL** – Comercialização de Energia, SA - fornecimento de energia elétrica para iluminação pública e semáforos, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016, 2017, 2018 e 2019.-----
- **ANO** – Sistemas de informação e Serviços, Lda. – aquisição de licenciamento e manutenção das aplicações GSE e GSP, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017.-----
- **ETNAGA** – Consultores Sistemas de Informação, LDA – aquisição de serviços de implementação da plataforma de gestão da bilheteira *online* para a Casa das Artes, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2016, 2017 e 2018.-----

--- MOTA & FERREIRA, LDA – serviços de impressão e acabamentos gráficos da revista “Famalicão Boletim Municipal”, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017.-----

--- NITÉCNICA – Material Elétrico, Lda. – aquisição de material elétrico, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017.-----

--- NITÉCNICA – Material Elétrico, Lda. – aquisição de material de pichelaria, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- GNG.APB – Arquitetura e Planeamento, Lda – elaboração do Estudo de Atuação Estratégica no âmbito da Mobilidade Sustentável e Assessoria Técnica, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017.-----

--- DURVAL FERREIRA & ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados RL – aquisição de serviços de Patrocínio, Assessoria e Consultadoria Jurídica, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- BRICANTEL, LDA – aquisição de sinais de trânsito, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- COMBETOP, LDA – desobstrução e limpeza da rede de águas residuais, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- F. PINA FERREIRA, S.A. – aquisição de inertes, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2016 e 2017. -----

--- Informou, também, que foi entregue um voto de protesto para dar conhecimento à Assembleia Municipal, pela União de Freguesia de Vale S. Cosme, Telhado e Portela, contra a redução dos contratos de associação, um voto de protesto contra o Ministro da Educação e Secretária de Estado Adjunta, voto esse que fez distribuir pelos líderes municipais. -----

--- Deu conhecimento da entrada na Mesa de duas moções da CDU, um voto de congratulação, um voto de louvor e um voto de recomendação do PS, um voto de protesto do PSD e CDS-PP, uma moção do BE e uma moção do PSD.-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – fez a leitura de uma moção que é do seguinte teor:-----

--- “Considerando que a situação da extensão de saúde de Fradelos se mantém no que respeita à falta de médico e agravou-se, desde novembro de 2015, altura em que a enfermeira entrou em licença de maternidade, e depois de a ter terminado não mais regressou àquela extensão de saúde e no que se refere ao médico, desconhece-se quando será colocado, tendo sido prometida solução pela tutela até 31 de maio último. -----

--- Considerando que se encontram ali inscritos cerca de dois mil utentes sem médico de família e que estes são obrigados a deslocar-se ao centro de saúde de Vila Nova de Famalicão para acompanhamento médico, com os inerentes custos de transportes, cujos horários, aliás, são bastantes escassos o que obriga muitas vezes ao recurso a táxis, tornando mais dispendiosa a deslocação. -----

--- Considerando que a comissão de utentes teme que a não colocação de médicos e enfermeiros seja o prenúncio do encerramento da extensão de saúde.-----

--- A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em 30/06/2016, decide: ---

--- 1.º Reclamar, junto do Ministério da Saúde, o regresso dos profissionais de saúde para esta valência e, conseqüentemente, o funcionamento da extensão de saúde de Fradelos;-----

--- 2.º Defender os cuidados de saúde de proximidade, apetrechados de meios humanos e materiais que permitam a prestação de cuidados de saúde atempadamente e de qualidade aos utentes desta e das freguesias do concelho de V. N. de Famalicão.”-----

--- Fez a leitura de uma moção que é do seguinte teor: -----

--- “ Ao longo de 3 anos, os trabalhadores da função pública lutaram contra a imposição das 40 horas de trabalho semanal decretada pelo então governo do PSD/CDS, medida aplaudida por estes partidos e pelo capital na mira de iniciarem um processo de aumento do horário de trabalho para todos os trabalhadores. -----

--- Contudo, fruto da sua luta, os trabalhadores da administração pública conseguiram ver repostas as 35 horas de trabalho semanal por aprovação recente da respetiva lei na AR, com os votos contra do PSD/CDS, medida que entra em vigor amanhã, dia 1 de Julho. -----

- Assim: -----
- A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida em 30/06/2016, decide: ---
- Saudar a importante vitória alcançada pelos trabalhadores da função pública e defender que as 35 horas de trabalho semanais sejam respeitadas e na perspectiva de que tal, sendo um estímulo para que a administração pública esteja cada vez mais ao serviço do povo e do país, também contribui para a melhoria dos serviços públicos, contra a precariedade.” -----
- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----
- “Antes de mais só uma pequena nota prévia pelo início tardio desta Assembleia Municipal, em claro respeito pelo regimento e pelos seus membros.”-----
- Fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----
- “O Orçamento do Estado para 2016, aprovado pela Lei nº7-A/2016 de 30 de março, veio através do artigo 23º atribuir aos órgãos municipais a possibilidade de conceder isenções totais ou parciais de IMI e ou IMT para apoio a investimento realizado na área do Município. -----
- O artigo 196º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 confere aos órgãos municipais a possibilidade de confirmar os benefícios fiscais subjetivos ao investimento, relativos aos anos de 2014 e de 2015 e concedidos nos termos do dispositivo na alínea d) do artigo 15º e dos nº2 e 3 do artigo 16º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro.-----
- O Governo da Republica, através de esta legislação veio demonstrar a sua sensibilidade e preocupação, permitindo que as autarquias pudessem corresponder á expectativas já criadas, resolvendo desse modo uma situação preocupante. -----
- Perante estes factos, e compreendendo a importância destes benefícios para o município, impõem-se que nos congratulemos com esta legislação que permitiu resolver esta situação. -
- Nesse sentido, o grupo municipal do PS propõe que seja aprovado um voto de congratulação, ao Governo da Republica, pela sua sensibilidade e ação, que permitiu que estes benefícios venham a ser aprovados e aplicados, traduzindo-se desse modo num apoio ao investimento importante para o município. -----
- Que desta decisão seja dado conhecimento ao Governo da Republica. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse: -----

--- “Senhor deputado, relativamente à Mesa e ao atraso, cabe-me dizer ao senhor deputado que o atraso se deveu meramente a um processo administrativo de impressão de cópias. Por pura coincidência joga Portugal, mas a Mesa estava cá desde as vinte horas e cinquenta e cinco minutos, para que conste. Por isso eu não considero que houve um desrespeito, considero sim, que houve um atraso na reprodução dos documentos.” -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – fez a leitura de um voto de louvor que é do seguinte teor: ----

--- “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe o voto de louvor ao Governo da República Portuguesa e à empresa Continental Mabor, que tem fábrica em Lousado, pela assinatura de um contrato de investimento que vai permitir a criação de 125 novos empregos, a juntar às 1.800 pessoas que a Continental já emprega.-----

--- Com a assinatura deste contrato, entre o Governo e a Continental Mabor, a empresa conta com cerca de 13 milhões de euros em incentivos públicos. -----

--- Este Governo continua a apostar na inovação e na atração de investimento como fator primordial para o crescimento da economia. -----

--- A fábrica de pneus, presente em Famalicão, é a quarta empresa mais exportadora do país. Em 2015 faturou cerca de 820 milhões de euros. -----

--- E como referiu hoje o senhor primeiro-ministro, António Costa, Portugal “tem de recuperar o tempo que perdeu ”porque“ não pode deixar para os penaltis nem para o prolongamento” o que precisa de fazer:”-----

--- **CARLA FARIA (PS)** – fez a leitura de um voto de recomendação que é do seguinte teor: -----

---“Reconhecendo que há hoje em Famalicão alguma instabilidade e incerteza quanto ao próximo ano letivo e que ainda há aspetos a limar e afinar, precisamos de ter da parte da Câmara Municipal, agentes que sejam parte da solução e tenham um papel ativo, seja com o Governo, seja com os Diretores de Escola e Agrupamento. -----

--- Há trabalho a ser feito e à celeridade que exigimos ao Governo na definição de todas as regras e estratégias para o próximo ano letivo, juntamos a exigência, a bem dos alunos, das famílias e dos professores, de uma postura dialogante e empenhada da Câmara Municipal. --

--- O PS de Famalicão vai continuar, responsavelmente, a fazer parte da solução. Vamos continuar, como desde o início, a alertar o Governo para a realidade educativa no concelho e para a necessidade de, atempadamente, serem acautelados os interesses dos alunos e das famílias. Todas as medidas, mesmo as mais racionais e corretas, trazem consequências e instabilidades, que não podem ser duradouras.-----

--- Os alunos famalicenses e os seus pais e família têm de saber onde, como e em que condições podem matricular os seus filhos. Têm de saber quais os apoios em termos de transporte escolar. E a isto, o Governo, em articulação com a autarquia e com as escolas, tem o dever de, rapidamente, esclarecer.-----

--- Devemos continuar o diálogo franco e aberto com as escolas, públicas ou privadas, não procurando acicatar ânimos ou consciências, mas procurando ouvir, esclarecer e procurar ajudar na resolução.-----

--- Temos em Famalicão excelentes alunos e excelentes professores. Temos um bom parque escolar. Não nos podemos esquecer que temos escolas renovadas e atrativas, mesmo no centro da nossa cidade, com taxas de ocupação de 50%, como é o caso da Escola Camilo Castelo Branco, e com Agrupamentos com a capacidade de ocupação verdadeiramente subaproveitada, como é o caso de D. Maria II.-----

--- Mas, também, não podemos conviver, pacífica e desinteressadamente, com os riscos de desemprego de profissionais, docentes e não docentes, de algumas escolas particulares ou cooperativas, impelindo-nos o dever de ajudar na procura de soluções.-----

--- E recomenda-se:-----

--- Que a Camara Municipal desenvolva todos os esforços e diálogo franco e aberto com as escolas, públicas ou privadas, funcionários, pais e alunos, de modo que em articulação com o governo se possam encontrar as melhores soluções que colmatem e resolvam as incertezas, de modo a que o ano escolar possa começar da forma mais tranquila possível. ---

--- Que desta decisão seja dado conhecimento ao Ministério da Educação, Câmara Municipal e escolas relacionadas.-----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – fez a leitura de um voto de protesto que é do seguinte teor:-----

--- “Vila Nova de Famalicão é um território educativo de referência fruto do trabalho colaborativo e cooperativo de todos os agentes e atores educativos, constituindo os elevados padrões de qualidade dos seus estabelecimentos educativos, sejam de natureza estatal, cooperativa ou particular, motivo de orgulho dos famalicenses.-----

--- Como é consabido a decisão governamental de impedir a abertura de novas turmas de início de ciclo (5.º, 7.º e 10.º ano) atingiu todas as escolas com contratos de associação que fazem parte da Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão, a saber, as Cooperativas de Ensino Didáxis de Riba d’ Ave e S. Cosme, Externato Delfim Ferreira, de Riba d’ Ave, Externato Infante D. Henrique ALFACOOOP, de Ruilhe (Braga) e o Instituto Nun’Alvres, das Caldas da Saúde (Santo Tirso). -----

--- Ora, esta é uma decisão inaceitável.-----

--- Inaceitável porque viola os contratos plurianuais em vigor, esquecendo os compromissos que foram assumidos com aquelas escolas e, conseqüentemente, com a comunidade educativa local; -----

--- Inaceitável porque abala o princípio da confiança que deve estar sempre presente em todas as ações do Estado;-----

--- Inaceitável porque destrói a harmonia da rede educativa concelhia de Vila Nova de Famalicão; -----

--- Inaceitável porque ignora as provas dadas por aquelas escolas na formação de milhares e milhares de jovens e adultos, apresentando um histórico de muitos anos de verdadeiro serviço público ao concelho e ao país;-----

--- Inaceitável porque interrompe o percurso educativo de milhares de alunos famalicenses;

--- Inaceitável porque afeta, no imediato, a vida de muitas centenas de famílias famalicenses que já tinham o próximo ano letivo devidamente planeado, de acordo com aquilo que eram as suas naturais expetativas;-----

--- Inaceitável porque atira para o desemprego centenas de profissionais; -----

--- Inaceitável porque potencia o colapso daquelas instituições;-----

--- Inaceitável porque esta foi uma decisão unilateral sem que haja sido auscultada a comunidade educativa local, nomeadamente a Câmara Municipal, o Conselho Municipal de

Educação, a Rede Local de Educação e Formação ou a FECAP – Federação Concelhia das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Vila Nova de Famalicão. -----

--- Nestes termos, os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, propõem que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2016, delibere: -----

--- 1. Aprovar um Voto de Protesto ao Governo por aquela sua decisão, inquestionavelmente lesiva dos legítimos interesses de Vila Nova de Famalicão e dos famalicenses. -----

--- 2. Dar conhecimento do mesmo ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, a todos os partidos políticos com assento parlamentar, aos estabelecimentos de ensino com contratos de associação que fazem parte da Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão, às respetivas associações de pais, ao Conselho Municipal de Educação, à Rede Local de Educação e Formação e à FECAP – Federação Concelhia das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Vila Nova de Famalicão.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – fez a leitura de uma moção que é do seguinte teor: -----

--- “Em setembro de 1990, Portugal ratificou a Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em novembro de 1989. -----

--- De acordo com a Convenção a todas as crianças é reconhecido o direito ao repouso, aos tempos livres e a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, devendo os estados respeitar e promover estes direitos bem como o acesso em condições de igualdade (Artigo 31.º). -----

--- Às crianças com deficiência é assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade. -----

--- Uma parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito a brincar, como a própria Convenção reconhece. Para que tal direito se possa concretizar, o Estado deve promover condições que permitam a efetivação desse direito, seja em parques infantis, jardins, parques recreativos ou outras infraestruturas de apoio à infância. -----

--- Sendo certo que muito se tem progredido no que concerne à disponibilização de parques infantis com condições adequadas para as crianças e que garantam a sua segurança, há ainda muito a fazer para assegurar a existência de parques infantis que permitam que todas as crianças possam lá brincar. -----

--- Não existem neste concelho parques infantis inclusivos, que permitam a sua utilização por crianças com deficiência o que conduz a uma evidente discriminação: crianças com deficiência é-lhes coartado o direito a brincar nos parques infantis, restando-lhes ver as outras crianças brincar. -----

--- É necessário encarar esta realidade de frente e fazer o caminho que é premente de garantir, desde a infância, a inclusão das crianças com deficiência. E não se inclui excluindo estas crianças de contextos recreativos e lúdicos, como são os parques infantis. -----

--- As Câmaras Municipais têm aqui um papel determinante devendo ser promotoras de inclusão e não agentes que fomentam a exclusão; garantir a existência de parques infantis acessíveis é um passo fundamental no longo caminho da inclusão que tem que ser feito. ----

--- Neste sentido, o Bloco de Esquerda exorta a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão a proceder a uma avaliação dos parques infantis da sua responsabilidade, identificando condições de acessibilidade e procedendo a uma calendarização tendo em vista a adaptação dos parques e equipamentos de modo a que sejam adaptados a crianças com deficiência. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão reunida em 30 de junho de 2016, delibera: -----

--- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão a realização de uma avaliação às condições de funcionamento, acessibilidade e manutenção dos equipamentos dos parques infantis que se encontram sob responsabilidade desta Câmara Municipal. -----

--- 2. Exortar a Câmara Municipal a proceder a uma calendarização tendo em vista a adaptação dos parques infantis a crianças com deficiência. -----

--- 3. Recomendar à Câmara Municipal que a zona circundante dos parques infantis seja adaptada a pessoas com deficiência (estacionamento, piso rebaixado, pavimento adequado...).”-----

--- **RITA CRUZ (PSD)** – fez a leitura de uma moção que é do seguinte teor: -----

--- “Foi notícia, em 15 de junho passado, uma manifestação dos trabalhadores do Centro de Distribuição Postal de Vila Nova de Famalicão, protestando contra a sobrecarga de trabalho e a falta de substituição de trabalhadores ausentes, bem como o pagamento de trabalho suplementar. -----

--- Por outro lado, por parte dos beneficiários deste Serviço Público Essencial, que é prestado à população pelos CTT, são já relatados casos de graves atrasos na entrega de correspondência, o que tem vindo a causar constrangimentos a vários níveis, nomeadamente na receção de prestações sociais por quem depende dos CTT para as receber. -----

--- Prestando um Serviço Público Essencial, e com a importância que inquestionavelmente tem para toda a população, é urgente que seja regularizada a normalidade, tanto mais que, sendo serviços essenciais para o dia-a-dia dos famalicenses, têm estes direito a que lhes sejam prestados com qualidade e efetividade. -----

--- Considerando o atrás exposto, esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária em 30 de junho de 2016, delibera no sentido de se sensibilizar os serviços centrais dos CTT para a urgente resolução do problema que tem vindo a afetar a distribuição postal no Concelho, concedendo à população o acesso um serviço público essencial com garantias de qualidade e efetividade. -----

--- Mais delibera enviar cópia desta Moção aos serviços centrais dos CTT.”-----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

--- “Relativamente ao voto de louvor do Partido Socialista, eu vejo-me tentado a começar pelo fim. Na realidade concordo que é tempo de vocês aproveitarem o tempo que perderam, mesmo que seja aos penaltis e aqui foi um penalti valente que vocês marcaram, porque na realidade estes investimentos da Continental Mabor, não tem nada a ver com ajudas do governo, são completamente financiados pelos fundos comunitários. Portanto, quando dizem aqui que treze milhões de euros de incentivos públicos, esquecem-se de dizer especificamente que são relativos a fundos comunitários que não tem nada a ver com as mãos largas eventualmente do governo.-----

--- Dizem também que este governo continua a apostar na inovação! Mas o que é que fez este governo em favor da Continental Mabor que é o que está aqui em causa? As únicas coisas que eu sei, foi retirar-lhes os acessos, os alargamentos da EN 14 deixaram de seguir o

percurso que iam seguir, e foram diminuídos ao mínimo indispensável para não parecer mal! Portanto, não vejo mais nada que o PS tenha feito em favor da criação destes 125 novos empregos a juntar às 1800 pessoas tal como vocês dizem aqui e é verdade.-----

--- Por isso, nós iremos votar a favor deste voto de louvor, não propriamente por esta argumentação que aqui foi aduzida, mas porque na realidade a Continental Mabor merece o voto de louvor desta Assembleia e de todos os famalicenses pelo trabalho que tem prestado neste concelho e que muito nos honra e beneficia. -----

--- Relativamente à moção pela reabertura do Centro de Saúde de Fradelos, iremos votar a favor, assim como iremos votar a favor pelos parques infantis, pela moção do Bloco de Esquerda, muito embora temos algumas dúvidas se esta posição está tão generalizada no concelho. Julgamos que não, que há situações em que isto já foi contabilizado e já foi tido em conta, mas votamos obviamente a favor da moção.”-----

--- Relativamente ao voto de recomendação do PS, eu primeiro tenho muita dúvida, eu concordo que nem sempre há tempo para escrever textos claros, mas o PS exagerou um bocadinho neste texto, porque eu gostava de saber, é a favor ou é contra? Estou a falar da questão que nos preocupa dos contratos de associação. Se por um lado o PS diz que deve exigir ao governo uma definição, por outro lado diz que temos escolas muito boas! Por outro lado vem dizer que é preciso alertar o governo para que isto resulte melhor! Depois diz aqui alguma coisa que também não faz sentido, “consequências e instabilidades que não podem ser duradouras”, não sei o que isto é! Por isto tudo, mas porque o assunto que está aqui contido, é um assunto importante para o concelho e para os famalicenses, iremo-nos abster, porque não sabemos exatamente qual é o sentido do voto do PS!”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Começando pelo voto de congratulação do PS relativamente às isenções, à congratulação das isenções do IMI, em princípio achamos que estas isenções não fazem sentido, embora elas agora estejam contempladas na lei, mas achamos portanto, que na perspetiva de que as empresas tem uma dinâmica no sentido de obtenção dos lucros, achamos que devem os mesmos serem tributados e, apesar de naturalmente aqui ou ali se encontrarem forma de estimular a criação e a instalação de empresas no município, mas

pensamos que esta, de facto, é uma forma inadequada, porque é uma grande injustiça para com todos os outros munícipes. -----

--- Portanto em relação a este voto de congratulação com a qual não estamos de acordo, iremos votar contra. -----

--- Em relação ao voto de louvor, iremo-nos abster, porque apesar de tudo, temos que considerar de facto a importância que é aqui no painel concelhio desta empresa a par de outras, mas sobretudo esta, contudo não deixaremos nunca de dizer e de denunciar, que também aqui a Mabor, tem ainda e continua a ter muito e muito trabalho precário, uma empresa que tem uma imagem no mercado bastante acima do que é a média, do que é normal, no entanto continua a laborar com muitos trabalhadores precários, pensamos que isto é muito negativo para quem lá trabalha, Portanto, nesse sentido, não poderemos votar a favor desta moção.-----

--- Finalmente, quanto ao voto de recomendação, relativamente à questão das escolas públicas e dos contratos de associação, nós estamos de acordo com este voto de recomendação. Achamos, naturalmente, até mesmo pela forma como está elaborado, pelo seu conteúdo, achamos que é importante haver o estabelecimento do diálogo com todos os agentes e as partes interessadas na melhor resolução deste problema, mas como sabem, também, somos por princípio contra a existência das escolas que estão a partir de agora a ter ou que tinham até agora, tinham este benefício do apoio do estado, quando a escola pública era muito prejudicada e, sobretudo, quanto a nosso ver, já não se justificava na medida em que a escola pública tinha capacidade para albergar, portanto, os alunos. Contudo, é bom dizer-se, que somos a favor da cooperativa, das escolas privadas, mas tem que naturalmente se fazer no âmbito das suas funções, no sentido de que querem lecionar, pois têm que arranjar as formas de o fazer, apoiando-se muito em particular, como é evidente, naquilo que são a obtenção de receitas para fazerem face às despesas, porque são privadas, portanto tem que se fazer ao caminho como se costuma dizer. E nós sabemos que infelizmente algumas dessas escolas têm um cariz já mais empresarial do que propriamente um cariz no âmbito que partiu sobre o ponto de vista do que era, o que foi o cooperativismo em Portugal. E, portanto, nesse sentido, também não estaremos de acordo, iremos portanto, neste sentido em relação ao voto de recomendação do PS, estar a favor desta recomendação

para que se estude com todos os agentes envolvidos, a melhor forma de resolver este problema. -----

--- No entanto e aproveitando, já não estaremos de acordo com o voto de protesto do PSD, pelo seu conteúdo, todo ele voltado, enfim, no sentido de que estas escolas, sem elas, não há alunos, não há professores, os alunos ficam prejudicados, o prejuízo de facto tem que ser encontrado é no seguinte: de facto, esta transição era importante fazer-se, o reinício de ciclo já não é possível com o apoio do estado, até porque a dez quilómetros de distância como foi regulamentado, há alternativas e há escola pública e é preciso muito incentivar a escola pública a nosso ver. Portanto a integração dos profissionais nestas escolas, é também possível fazer-se, é uma questão de tempo e, nesse sentido, sim, estamos de acordo com aquilo que o PS recomenda, que é o estudar-se rapidamente estes problemas como, aliás também, o problema dos transportes e tudo o mais. -----

--- Finalmente, estamos de acordo com a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda em relação à recuperação e à preocupação que há que ter em conta nomeadamente com os parques infantis, sem dúvida. -----

--- Relativamente aos CTT, à moção apresentada pelo PSD, achamos que fundamentalmente merecendo da nossa parte o sim da mesma moção, estamos de acordo com ela, contudo, há que dizer que esta situação só foi criada, porque também esta empresa que presta um serviço público, mas é uma empresa privada, recorrem muito ao trabalho precário. E, portanto, ao recorrerem a este tipo de trabalho que não é digno, continuamos a assistir a atrasos enormes nos correios, porque é carregado em cima dos trabalhadores dos CTT, um enorme fardo de trabalho, com o qual naturalmente não podem arcar em devido tempo.”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse: -----

--- A senhora Presidente da Junta de Riba de Ave pretendia usar da palavra e eu, senhora Presidente, não queria de todo cortar-lhe a palavra, só que o regimento não me permite que o Presidente de Junta use da palavra no período de Antes da Ordem do Dia. Se virem o artigo 59 número 6 do regimento, diz: “Durante o período da Ordem do dia, quando o assunto em debate diga diretamente respeito à sua freguesia, o Presidente de Junta, pode intervir na discussão por um período máximo de 4 minutos.” Portanto, como estamos no

período de antes da ordem do dia, não se aplica. Portanto como o PSD também não tem tempo, eu peço desculpa obviamente, mas tenho de cumprir o regimento. “ -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Também para nos pronunciarmos breve e o mais concretamente possível sobre os votos apresentados, começaremos por dizer que em relação aos votos apresentados pela CDU iremos votar favoravelmente. Parecem-nos questões que são seguramente da nossa concordância e que merecem a aprovação por parte desta Assembleia Municipal. -----

--- Relativamente aos votos de congratulação e de louvor do PS, sinceramente ficaremos um pouco indiferentes e iremos abster-nos. Não lhes encontramos virtualidades que nos levem a aderir.-----

--- Relativamente ao voto de recomendação, quanto à organização do ano letivo, eu penso que esta é a postura que todos nós deveremos ter perante as circunstâncias que foram criadas. Um princípio de diálogo e de tentar resolver os problemas entretanto criados, eu não gostaria de estar na pele do vereador da educação deste município, confesso, portanto não será a posição mais invejável nos dias que correm, mas há que solucionar a situação criada com um princípio que para nós é essencial, e daí passando já ao voto até de protesto do PSD, há coisas que para nós são inaceitáveis nos termos em que são propostos e em que são manifestados. A questão jurídica da violação dos contratos, é uma questão que certamente irá dar pano para mangas nada clara. Muitos juristas têm-se pronunciado no sentido contrário de que esta resolução do Ministério da Educação não viola o que está contratado, portanto os termos parecem-nos inaceitáveis, utilizando aqui esta terminologia do PSD e, portanto nós iremos votar contra, não discordando de um pressuposto que para nós é essencial, que era a calendarização e o acautelar de situações, nomeadamente num concelho com estas características, de situações que não dessem esta situação, passe o pleonismo, explosiva que é: a pouco tempo de começar um ano letivo, os tempos correm conturbados e não sabemos bem para que lado tombamos, que escolas os nossos filhos poderão frequentar, se as condições no início do mês de setembro estarão finalmente acauteladas, para que o ano letivo consiga começar da forma mais pausada. De qualquer forma, deixamos esta nota de que iremos votar contra este voto.-----

--- Em relação à moção dos CTT, pegando nas palavras com que o meu camarada da CDU terminou, perguntamos: onde é que os senhores estavam quando privatizaram os CTT? Portanto, se invocamos a questão da natureza do serviço público, há que defendê-la na sua total extensão, e agora arcamos com as consequências duma privatização. Portanto, somos manifestamente contra esta precarização da força laboral dos trabalhadores dos CTT, dos seus efeitos sobre as populações, sobre as suas expectativas de verem um serviço necessário e importante bem prestado, mas, quer dizer, é a chamada lágrima de crocodilo.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

--- “O Partido Socialista irá votar favoravelmente os votos e moções apresentados pelo Bloco de Esquerda, a preocupação com os parques infantis é algo que subscrevemos. -----

--- Em relação aos votos da CDU, uma nota especial para a questão da extensão de saúde de Fradelos, que é um assunto que merece a maior atenção por parte deste município. A comunidade fradelense tudo tem feito para procurar evitar o encerramento desta extensão. É necessário não esmorecer esforços nesse sentido. -----

--- Ainda em relação ao voto de protesto do PSD, dizer que o PS partilha muitas das preocupações que o PSD aqui apresentou. Contudo não subscrevemos de forma alguma muitos dos considerandos que foram avançados, tanto pelo tom empregue, como por questões até mesmo de substancia que nos parecem inadequados e até mesmo contraproducentes. Mas, apesar de tudo iremo-nos abster, porque a questão de fundo é uma questão que merece a nossa simpatia.” -----

-- **RAQUEL PINTO (CDS-PP)** – disse: -----

--- “Eu venho aqui tecer algumas reservas em relação ao voto de recomendação apresentado aqui pelo Partido Socialista e iniciava logo pela parte em que renegam aqui a competência para a Câmara Municipal. Isto surpreendentemente a Secretária de Estado Adjunta, Dr.^a Alexandra Leitão, faz exatamente o contrário, até diz que a Câmara não tem qualquer tipo de competência para organizar uma Rede Local de Educação e Formação. Mas eu gostava também de relembrar, que foi exatamente isso que a Câmara Municipal fez, antes do dia 14 de abril, que foi onde iniciou este processo, onde as escolas só poderiam receber os alunos da área de implantação de cada escola, fazendo com que todas as escolas tivessem alunos e todas conseguissem ter um início de ano como todos os inícios de ano deveriam ser, o que

não serão agora, este ano. Até porque aquele *dossier* feito, tendo em conta a ferramenta *Google Maps* que realmente é muito útil, mas parece-me que neste assunto deveria ser realmente uma decisão e um ponto de vista um bocadinho mais centralizado cá, e não no estado e o estado a pensar o que é que em Famalicão deve ser feito. -----

--- Em relação aqui ao bom parque escolar, também lembrava que o parque escolar não existe em todas as freguesias! Nem todas as escolas tiveram acesso ao parque escolar! Apenas algumas e também nesse *dossier* os alunos não são todos levados para as escolas que tiveram acesso a esse parque escolar.-----

--- Também lembrava que Famalicão tem uma posição diferente em relação a este tipo de escolas, porque Famalicão tem 34% dos alunos nestas cinco escolas, que já foram aqui referidas no nosso voto. 34% é realmente um número muito elevado e, portanto, não deveria ser mais uma vez uma decisão feita pelo estado, a dizer que em Famalicão não há nenhuma turma em início de ciclo. E fazendo aqui uma pequena analogia, se realmente este assunto é um terramoto, realmente Famalicão é o epicentro dele e deveria ter tido uma posição um bocadinho diferente do resto de todo o país. E de uma forma muito especial de Famalicão e o CDS em relação à Vila de Riba de Ave, e foi uma coisa que nós já deixamos bem explícito no último voto que apresentamos em relação a este assunto, a vila de Riba de Ave vai mais uma vez e após o problema que tiveram com o têxtil e com a falência de todas as empresas, ou quase todas do setor têxtil, vai ter agora um ataque com menos 3000 alunos naquela vila! Portanto tudo isto engloba um plano socioeconómico que todo ele vai ser arrasado e mais uma vez esta vila vai ser completamente arrasada e destruída, porque lhe vão retirar essas duas escolas com esta dimensão. -----

--- Em relação ao voto de protesto apresentado pela Junta de S. Cosme, também gostaria de dizer que vamos votar a favor, porque para nós, e do ponto de vista dos transportes públicos que os alunos vão ter que utilizar de forma a não frequentar a escola Didáxis de S. Cosme, andar uma hora e cinco minutos de autocarro de cada viagem, não me parece nada sensível àqueles alunos, nem aos pais, nem aos encarregados de educação, nem a todas aquelas famílias que estarão em volta deste assunto.” -----

--- **PAULO COELHO (CDS-PP)** – disse:-----

--- “Eu venho cá em nome do grupo municipal do CDS-PP para manifestar o sentido de voto em relação às diversas propostas que deram entrada. -----

--- Começo pela moção da CDU relativamente à reabertura da extensão de saúde de Fradelos, vamos votar a favor, porque consideramos que é uma questão pertinente.-----

--- Também relativamente à moção da CDU pela congratulação da reposição das 35 horas semanais na administração pública, vamos votar contra, porque nós entendemos que os privados não devem ter menos direitos que os trabalhadores da função pública e que se os privados trabalham 40 horas, nós não entendemos porque é que terão de trabalhar 35 horas na função pública. É a nossa opinião e já não é de agora, votaremos contra portanto. -----

--- Em relação ao voto de congratulação do PS sobre a isenção do IMT e do IMI, vamo-nos abster. O PS já nos habituou a estas inflexões consoante o governo é da cor deles ou não, e então fazem estes dos laudos ao governo socialista, não sei que solidez é que terá este voto visto numa perspetiva histórica, por isso vamo-nos abster.-----

--- O voto de louvor do PS pela Continental Mabor do investimento e dos 125 novos empregos vamos votar a favor. -----

--- O voto de protesto da União de Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela, vamos votar a favor como é óbvio. -----

--- A moção do Bloco de Esquerda pelos parques infantis adaptados vamos votar a favor. ---

--- E vamos votar a favor a moção do grupo municipal do PSD pela situação dos CTT.”-----

--- ***Posta à votação a moção apresentada pela CDU, relativamente à reabertura da extensão de saúde de Fradelos, foi a mesma aprovada por unanimidade.***-----

--- ***Posta à votação a moção apresentada pela CDU, relativamente à reposição das 35 horas de trabalho semanais na função pública, foi a mesma rejeitada com quarenta e quatro votos contra, catorze votos a favor e uma abstenção.***-----

--- ***Posto à votação o voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista, relativamente às isenções do IMT e do IMI, foi o mesmo aprovado por maioria, com doze votos a favor, um voto contra e quarenta e cinco abstenções.***-----

--- ***Posto à votação o voto de louvor apresentado pelo Partido Socialista, relativamente ao governo da República e a empresa Continental, foi o mesmo aprovado por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e duas abstenções.***-----

--- *Posto à votação o voto de recomendação apresentado pelo Partido Socialista, relativamente aos contratos de associação, foi o mesmo aprovado por maioria, com catorze votos a favor e quarenta e duas abstenções.* -----

--- *Posto à votação o voto de protesto apresentado pelo PSD e CDS-PP, relativamente aos contratos de associação, foi o mesmo aprovado por maioria, com quarenta e seis votos a favor, dois contra e onze abstenções.* -----

--- *Posta à votação a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativamente aos parques infantis adaptados para crianças com deficiência, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----

--- *Posta à votação a moção apresentada pelo grupo municipal do PSD, relativamente aos CTT, foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----

--- Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato ao período da: ---

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)**-----

--- **PRESIDENTE DA JUNTA DE RIBA DE AVE – disse:** -----

--- “A decisão do Governo em relação às escolas de Riba de Ave colocam em causa a sustentabilidade de toda uma vila e de todos os seus agentes comerciais. Estando em causa largas dezenas de postos de trabalho que diretamente desaparecerão com tal tomada de posição, e outras tantas dezenas de postos de trabalho que indiretamente sofrerão com o desaparecimento de todo o movimento gerado pelas ditas escolas, na comunidade ficarão apenas os milhões de euros de prejuízos a suportar pelo povo português, com os subsídios de apoio social para fazer face aos constrangimentos agora gerados.”-----

--- Está instalado o caos na vida das famílias. -----

--- A Junta de Freguesia de Riba de Ave decidiu avançar com uma ação popular em tribunal contra esta atitude do governo. -----

--- Foi realizada uma Assembleia de Freguesia extraordinária e passo a citar: -----

--- “A Assembleia de Freguesia de Riba de Ave, reunida extraordinariamente para o efeito:-

--- 1 - Exprime o seu protesto pelo comportamento do Governo da República Portuguesa, bem como pelos partidos da maioria parlamentar que suporta este mesmo Governo, de

recusar a abertura de turmas em ambas as escolas da Vila de Riba de Ave – Externato Delfim Ferreira e DIDÁXIS – Cooperativa de Ensino – ao arrepio dos contratos assinados com as mesmas, e das expectativas criadas em todos os intervenientes no processo, colocando em causa o destino de milhares de estudantes e suas famílias, e, tão ou mais grave, condenando a vila de Riba de Ave a um irremediável trauma económico, financeiro e social.-----

--- 2 - Exprime a sua vontade em ser este tema debatido na próxima Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão que tiver lugar, sendo por isso dado conhecimento do presente Voto ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão bem como ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, a todos os Partidos com assento na Assembleia da República, e ao Sr. Primeiro-Ministro de Portugal. -----

--- 3 – Mandata o Executivo da Junta de Freguesia de Riba de Ave com plenos poderes para, em nome da Vila, adotar todas e quaisquer medidas e procedimentos cautelares que julguem pertinentes para a impugnação da decisão do Governo. -----

--- 4 – Delibera a criação de uma Comissão de Acompanhamento do executivo em todas as diligências levadas a cabo relacionadas com a questão das escolas da Vila de Riba de Ave, que contará com um representante de cada um dos partidos com lugar na Assembleia de Freguesia da Vila de Riba de Ave, um representante do executivo da mesma Junta de Freguesia e um representante de cada escola.” -----

--- Estes pontos foram aprovados por unanimidade pelas forças políticas do PS, CDU e PSD. -----

--- Pergunto agora senhor Presidente da Câmara, e porque isto é realmente uma tragédia para a minha vila, o que é que a Câmara tem feito para minimizar as consequências desta decisão que afeta o concelho, que afeta Riba de Ave? -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

---- “Senhora Presidente de Junta, como é do conhecimento generalizado, mas compete-me trazer a este órgão, porque é a primeira vez que eu reúno depois da situação que aqui descreveu ser concretizado, esta circunstância não é da autoria, nem da Câmara Municipal, nem de nenhum agente educativo do concelho de V. N. de Famalicão. Quem causou a

situação que aqui tem sido descrita, não só da sua intervenção e na pergunta que fez, mas também no período de antes da ordem do dia que antecedeu a sua intervenção, não teve na sua origem, nem uma ação da Câmara Municipal, nem das associações de pais, nem das direções de qualquer agrupamento de qualquer escola. É uma decisão da responsabilidade do governo que entendeu, e agora não interessa porquê, entendeu que devia quebrar um vínculo que existia durante muitos anos, muitas décadas, com um conjunto de escolas que prestavam um serviço, que eu considero um serviço público de educação no concelho de V. N. de Famalicão. Já aqui foi referido que mais de um terço dos alunos que percorrem o percurso escolar até ao décimo segundo ano, estavam vinculados a essas escolas. Portanto, essas escolas não são escolas de periferia da educação, são escolas do centro da educação. -

--- Como a senhora Presidente de Junta sabe, a Câmara Municipal sempre privilegiou a atuação articulada, em rede com todos os agentes educativos, e todas as decisões que em Famalicão foram tomadas no processo executivo, foram de forma concertadas com todos os agentes, todas as escolas, escolas do estado, escolas do setor particular e cooperativo com contrato de associação, todas participaram no processo educativo ao longo de todos estes anos, e todas conjuntamente definiram as orientações que foram acontecendo ano após ano. Esta situação não é da responsabilidade de nenhum agente local, nem nenhum agente local foi ouvido na sua tomada de posição! Portanto, a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão que tem competências particulares neste *dossier* por força do contrato interadministrativo aproximar a educação, em que o território de V. N. de Famalicão onde a Câmara se inclui recebeu competências específicas por força de um contrato outorgado com o governo anterior e que este governo manteve, este governo tinha uma prerrogativa de denunciar o contrato, não o fez no tempo legalmente previsto, o que significa que anuiu ao acordo que vinha de trás, e portanto a Câmara Municipal está legitimada pelo anterior governo e pelo atual, para manter estas funções. A Câmara não foi auscultada, não foi ouvida. A Câmara Municipal pediu uma reunião à senhora Secretária de Estado, a reunião não aconteceu até hoje, e portanto, o que nós sabemos é o que qualquer cidadão sabe! Se consultarmos o sítio do governo na internet, tem acesso às decisões, às tomadas de posição, elas são públicas, nós por essa mesma forma e sem se ir por qualquer outra, temos acesso a essa informação.--

--- Não escondo a nossa preocupação! Há uma sensação de causa ou de pré causa em Famalicão! As famílias estão instáveis! As crianças, adolescentes e jovens estão inseguros! Não sabem que escola vão frequentar quando começar o mês de setembro!-----

--- Nós sempre dissemos, é público neste processo, que muito mais do que a substancia, a nós preocupava-nos a forma e o tempo, independentemente de podermos discutir se deviam ou não manter-se contratos de associação, se o número de turmas é este ou aquele, sempre dissemos que não é no mês de maio, não é no final de abril principio de maio ou junho, que se tomam esse tipo de decisões, nem é duma forma centralizada! Nós temos ouvido os sucessivos governos a apregoar a descentralização, mas não a praticam! E temos mais um exemplo em que se apregoa a descentralização, apregoa-se o compromisso com o território, mas não se cumpre! As decisões são tomadas a nível central! Foi mais uma tomada a nível central. Mas já estamos habituados, senhora Presidente de Junta, a sermos chamados depois do caus estar instaurado! Já estamos habituados! E mais uma vez a Câmara Municipal está no terreno a fazer tudo o que está ao seu alcance e fará tudo o que está ao seu alcance para que as famílias, os alunos, que são os destinatários finais de todo o trabalho que se faz na educação, sejam protegidos. Esta é a nossa preocupação! -----

--- Não é fácil, que como sabe, desde o princípio de Junho até ao princípio de setembro, a distância é curta, as ações da Câmara Municipal obrigam a procedimentos concursais, são processos com delongas que resultam da necessidade de cumprir procedimentos legais e, portanto não é um processo simples! E toda a gente sabe que não é um processo simples! O governo saberá com certeza que não é um processo simples! -----

--- E portanto senhora Presidente, respondendo muito diretamente à sua pergunta, não estamos na origem do problema, não está na nossa mão minorar os impactos desse problema, está sim ao nosso alcance e isso vamos fazer, trabalhar de forma concertada com os agentes educativos, chamando-os todos sem qualquer exclusão, para que possamos conseguir o melhor resultado possível. E não escondo que desejo, e estamos a trabalhar para isso, que no dia marcado as aulas comecem com a qualidade que então for possível. Não consigo adivinhar o que vai acontecer! Há um conjunto de estudos que a Câmara Municipal só os conhece como qualquer cidadão conhece, não participaram na sua elaboração, não sabemos até que ponto é que os pressupostos dos estudos correspondem ou não

correspondem à realidade. Eu penso que só depois do primeiro dia de aulas é que vamos ter uma noção real do problema que temos em mãos.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Senhor Presidente de Câmara nós verificamos que da última informação para com esta, se verifica que há um aumento do endividamento em cerca de um milhão e quinhentos mil euros. Isto tem a ver de facto com os encargos assumidos e que não se encontram pagos e estes encargos aumentaram exatamente nesta ordem de um milhão de euros, e é de facto por isso que se verifica este aumento de cerca de um milhão e quinhentos mil euros desde a última informação para hoje? Esta é uma questão que gostaríamos que o senhor Presidente esclarecesse, se é exatamente isto ou se é porventura mais alguma coisa. Se pode adiantar mais alguma coisa em relação a este aumento do endividamento desde a última vez. -----

--- Por outro lado, gostaríamos de referir ao senhor Presidente que das notícias que vieram a público, e que também registamos esta informação, de que o desemprego em Famalicão diminuiu de 6600 em janeiro para 6085 em maio de desempregados, e que Famalicão é aqui na zona norte o que menos desemprego regista. Queremos dizer senhor Presidente que números são números, e de facto o que temos que continuar a insistir é uma tecla que não é nova, é que de facto destes números daquilo que sabemos, é muito e muito o emprego precário a que assistimos neste concelho. É bom que tenhamos isto em mente, porque os números ludibriam por completo aquilo que é a dignidade de quem trabalha. E, portanto, há que também atacar o problema da precariedade neste concelho. Pois se as boas empresas continuam a utilizar trabalhadores precariamente com baixos salários sem praticamente vínculo laboral, é mais que altura deste concelho começar a combater esta pouca vergonha que é de facto onde há já condições para estes trabalhadores passarem ao vínculo contratual.

--- Depois senhor Presidente também gostaríamos de referir uma questão que uma vez mais temos que vir repeti-la, é por mais que evidente, e já que se tem falado no melhoramento das vias de comunicação, sobretudo naquelas que entroncam na zona de Lousado, em que a Mabor é a empresa muito prejudicada, mas não só a Mabor, muitas mais empresas, a nacional 14 que é de facto um estrangulamento desde Ribeirão até Arnoso, continuamos a pensar que é extremamente importante, também em Arnoso, ter-se em conta aquele estrangulamento. Sendo certo que vamos agora atravessar um período menos intenso em

relação ao trânsito, contudo não deixa de ser, não só estrangulado aquele nó, ou aquele entroncamento, como extremamente perigoso para quem quer sair da nacional, ou para quem quer entrar na nacional.” -----

--- **JOAQUIM ALMEIDA (PSD)** – disse: -----

--- “Recentemente várias notícias têm sido publicadas no nosso país, sobre o serviço nacional de saúde, sobre a saúde e sobre a colocação de médicos nos centros de saúde. -----

--- A título de exemplo ilustrativo, o Porto Canal de 25 de maio passado, diz que 30 novos médicos para zonas carenciadas do Algarve. -----

--- O Jornal Médico do mesmo mês diz que o serviço nacional de saúde vai contratar mais médicos de família. -----

--- O Expresso de 3 de maio diz que há 17 médicos reformados disponíveis para trabalhar no Serviço Nacional de Saúde. -----

--- Em abril deste ano, o Observador escrevia que as regiões de Lisboa e Algarve tinham um reforço de quadros médicos ainda este ano. -----

--- Perto de nós o Diário do Minho em Maio passado apresentava dois títulos: um diz que o governo vai dotar de mais médicos a Unidade de Saúde Pública de Braga, e outro diz que a Póvoa de Lanhoso garante médico de família para todos os utentes do concelho. -----

--- O Correio do Minho em abril passado apresentava um título: Braga e Esporões assegura unidade de saúde. -----

--- Senhor Presidente de Câmara, face às situações apresentadas e às notícias veiculadas, pergunto se o senhor tem algum feedback, ou indicação do ACES, da ARS Norte ou do Ministério de Saúde, para quando Lousado terá médico, uma vez que o médico em exercício efetivo reformou-se e não se sabe quando virá um substituto?-----

--- E sobre o caso de Fradelos que está sem médico há mais de um ano, quando terá um clínico ao serviço da freguesia na própria freguesia? -----

--- Corresponde à verdade que a ARS Norte deu-lhe conhecimento que os Fradelenses terão médico em Ribeirão quando as obras de requalificação daquela USF estiverem concluídas?-

--- Para quando a transferência da delegação de competências em matéria de saúde do Governo Central para a autarquia famalicense?” -----

--- **JOÃO ARAÚJO (PSD)** – disse:-----

--- “Hoje em que a Seleção das Quinas deu um grande passo, não deixa de ser verdade que no passado dia 24 de junho, a Câmara Municipal celebrou um contrato com 25 associações e federações, em que eu considero que foi um passo de gigante para as coletividades e para o desporto famalicense. -----

--- Pergunto ao senhor Presidente da Câmara, se este contrato com as associações desportivas e com as federações, é um contrato que engloba obrigatoriamente um grande esforço financeiro da autarquia, mas que nesse aspeto se queremos formar e qualificar, há que investir e há que formar pessoas e jovens. Nem tudo que é privado é toxico para nós, visto a ação e a força destas associações, merecem todo o nosso apoio. -----

--- E eu pergunto ao senhor Presidente, se este contrato é um contrato que no seu ante uma durabilidade de vários anos e, se não tiver faça todos os esforços para o manter. -----

--- A segunda questão que faço ao senhor Presidente é que na última Assembleia Municipal, um deputado ilustre do Partido Socialista, um ex-governante deste executivo, um homem com um currículo político a nível nacional e internacional, teceu algumas declarações sobre o município, dizendo que o senhor Presidente não se esforçava, que era pouco reivindicativo, que não conseguia aglutinar e trazer nada para o concelho. Fiquei na dúvida! De facto na última Assembleia não estive presente, mas curiosidade minha li a ata que os serviços municipais e bem, transcreveram a intervenção do senhor deputado do Partido Socialista. Este ilustre militante do Partido Socialista acusou de inoperância o senhor Presidente da Câmara e trouxe ao jogo o Centro Tecnológico das Carnes. Para meu espanto e para espanto de todos os famalicenses, esta semana nos órgãos de comunicação social locais, verificamos que o Centro Tecnológico de Carnes afinal está em Famalicão. E eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara se é um equívoco, é mais um lapso e uma gafe do senhor deputado Fernando Moniz, ou se anda desatento ou deve ser de facto da sua ausência até destas Assembleias ser persistente e de vez em quando comete as suas gafes. Eu pergunto se é uma gafe da comunicação social que transcreveu uma notícia que afinal não é correta, ou se é uma gafe, um erro do deputado do Partido Socialista?” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado Domingos Costa, sobre a informação financeira, ela é datada, portanto a informação refere-se àquilo que aconteceu no dia 1 de junho, salvo erro e, portanto, basta

que faturas se vençam no dia seguinte, para que a informação financeira seja alterada. **Aqui e ali** é que era o montante dos encargos assumidos e não pagos. -----

--- Sobre o estrangulamento da 14 estamos de acordo consigo senhor deputado, já por diversas vezes expusemos ao IP, Infraestruturas de Portugal, aqui na divisão de Braga, essa mesma preocupação que é partilhada pela população, pela Junta de Freguesia, por aquela comunidade e por quem usa aquela via que de facto é uma via sinuosa e perigosa. Mas como sabem é uma estrada nacional. Temos outros problemas como citou, nomeadamente os acessos a sul com o estrangulamento da 14 que também nos preocupam e continuamos reivindicativos em relação a eles. -----

--- Senhor deputado Joaquim Almeida, sobre as questões da saúde em Fradelos e Lousado, houve uma reunião em janeiro com o senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, uma reunião em Maio com o novo Presidente da ARS e a senhora Diretora do ACES. Em ambas as ocasiões expressamos a nossa preocupação e foi-nos referido que essas situações no caso de Fradelos, porque era aquela mais premente, a de Lousado é mais recente, mas que ambas as situações mereceriam a atenção dos nossos governantes, o que é facto é que até hoje não há médicos, quer em Fradelos, quer neste caso também em Lousado, embora nos tenha sido dado nota que o governo não quereria encerrar estas extensões de saúde. A afirmação acabou por dizer, nós não queremos encerrar as extensões de saúde, simplesmente para que elas continuem a ser extensões de saúde, tinham que ter clínicos, sem clínicos para estarem abertas de pouco servem. -----

--- Sobre a delegação de competências, renovamos com este governo a vontade que tínhamos renovado anteriormente. Estamos disponíveis, Câmara Municipal, para assumir mais tarefas do *dossier* educação. Haja coragem como há pouco disse para descentralizar! Nós queremos mais competências e já garantimos ao governo, que com menos meios financeiros, conseguimos melhores resultados. Haja coragem para transferir competências para os municípios nesta matéria. -----

--- Senhor deputado João Pedro Araújo sobre a questão da formação desportiva é o resultado a que nós queremos chegar há algum tempo, que é a generalização do apoio à formação. Hoje todos os jovens no concelho de V. N. de Famalicão que pratiquem qualquer modalidade desportiva até aos dezoito anos, sabem que têm exatamente o mesmo apoio da

Câmara Municipal. Qualquer que seja a modalidade repito. Quem vai escolher a modalidade não é a Câmara, quem vai escolher a modalidade é o jovem que queira praticá-la. Há o seguro desportivo, há a inscrição na federação ou associação desportiva, já havia os testes médicos generalizados, são condições básicas e são condições que só assumimos, porque sabíamos que as podíamos cumprir, este exercício e nos exercícios vindouros são cerca de cento e cinquenta mil euros ano de acréscimo em relação a encargos anteriores nesta matéria. É mais uma boa despesa corrente, senhores deputados. Espero que não se esqueçam desta quando chegar a altura de se pronunciarem sobre o orçamento e sobre as contas. Mais cento e cinquenta mil euros todos os anos para apoiar a formação de jovens famalicenses.---

--- Sobre a questão de competências senhor deputado, foi com satisfação que conseguimos o acordo nacional, são várias instituições, umas de dimensão regional, outras de dimensão nacional, que apoiam a instalação em V. N. de Famalicão do Centro de Competências das Carnes. É uma congregação, uma concertação, é um compromisso de dimensão nacional que nós aplaudimos e como Câmara Municipal ficamos satisfeitos por merecer esse crédito de instituições ligadas ao setor, desde empresas, associações empresariais, universidades, centros de investigação, todos relacionados com o setor das carnes estão evidenciados neste protocolo e disponíveis para o subscrever o que registamos com particular apreço. A partir daqui só basta vontade política e governativa para que isso se concretize.” -----

--- **PAULA DOURADO (PSD)** – disse:-----

--- “Congratulamo-nos aqui pela recente notícia da atribuição do prémio ao Município de Famalicão, como o melhor Município do ano 2016 no norte, pela iniciativa Famalicão MADE IN que foi selecionada entre 93 candidatos. Este prémio foi atribuído pela plataforma UM Cidades, portanto estamos a falar da Universidade do Minho, uma instituição de ensino superior credível e com capital académico e intelectual que todos nós reconhecemos. Portanto é um prémio que nos apraz registar.-----

---A agricultura tantas vezes esquecida foi também incluída agora nesta estratégia de desenvolvimento económico do território. Recentemente assistimos à assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal, a Frutivinhos, a Fagricoop e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave e também a Associação do Município ao projeto nacional da

Bolsa de Terras, que permitirá que facilitará o acesso dos promotores de projetos na área da agricultura a terrenos para o desenvolvimento dos seus projetos agrícolas.-----

--- Já não vou falar aqui no Centro de Competências do setor agroalimentar, que já aqui foi falado pelo meu companheiro e foi respondido também pelo senhor Presidente, -----

--- Senhor Presidente, pode parecer pouco para alguns ou uma conquista inesperada para outros que se intitulavam os arautos da desgraça, mas significará indubitavelmente muito para a maior parte dos nossos concidadãos que neste sinal e nesta intervenção desassombrada e arrojada do Município de V. N. de Famalicão, vêm condições propícias e basilares do desenvolvimento da nossa economia local. -----

--- Pergunto, Senhor Presidente: esta política municipal na área da economia, já foi tantas vezes aqui elogiada, inclusivamente pelo nosso Ministro da Economia quando cá esteve, eu pergunto se isto poderá constituir a base para uma maior territorialização de políticas e portanto, descentralização a favor das autarquias locais das políticas públicas nesta área da economia. -----

--- Só queria aqui referir uma outra questão que é a questão do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. São dezassete milhões e meio de euros aprovados para o nosso território que nos apraz também registar, e eu perguntava ao senhor Presidente, embora tenha muito pouco tempo, quais são as áreas e os projetos estruturantes aqui para o nosso concelho? “ -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhora deputada Paula Dourado, o reconhecimento da Universidade do Minho é um reconhecimento externo que valoriza projeto, que o credibiliza, de certa forma uma certificação do trabalho que o projeto MADE IN tem corporizado e a sua execução tem revelado que o Município se sente capaz para novas tarefas, nomeadamente na área da economia. -----

--- Sobre o PEDU, muito brevemente para dizer que as áreas de ação serão a regeneração urbana, a mobilidade e a inclusão social, brevemente os famalicenses terão conhecimento de projetos concretos nesta matéria.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EZERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Paulo Pinto, apesar de terem tempo, este ponto designa-se para perguntas ao senhor Presidente. Relembro que o tempo do senhor Presidente..., vai ter a palavra, só que não vai ter é a resposta.” -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “Julgo que tinha pedido a palavra antes, mas não há problema, certamente o senhor Presidente na próxima sessão poderá esclarecer, são duas perguntas muito simples. Apesar que eu antes queria fazer duas notas prévias, uma para dizer ao senhor Presidente que estamos em sintonia, porque de acordo com a resposta que deu relativamente aos protocolos, a sua postura é exatamente aquela que nós apresentamos no nosso voto, em que vai tentar colaborar com todas as entidades para levar o barco a bom porto, saudamos isso. -

--- Refiro também, que já estão habituados a resolver problemas criados pelo governo, certamente será o anterior governo, porque o governo do Partido Socialista ainda está lá há relativamente poucos meses e ainda não criou assim tantos problemas. E lembramos relativamente à educação aquele ano caótico na educação promovida pelo Ministro Crato, sei que foi bastante difícil para esta Câmara. -----

--- Também vemos com bom agrado a sua nova paixão que é a questão da saúde. Esperemos bem..., primeiro já vimos uma coisa, é que o governo, ao contrário do governo anterior, não quer encerrar mais nenhum posto de saúde, é de louvar, e certamente irá dar as condições, mas esperamos bem que agora o senhor Presidente seja mais eficaz na reivindicação dos direitos dos famalicense nas condições. -----

--- Eu deixava só duas perguntas muito breves para o senhor Presidente na próxima sessão certamente me poder explicar, uma tem a ver com o acordo ou protocolo que fez com a Universidade do Minho em que vai dar cerca de cinco mil euros, gostaria de saber depois para quê?-----

--- O outro assunto tem a ver com algumas queixas que me fizeram dois cidadãos famalicense relativamente ao Parque da Devesa, em que pelos vistos foram impedidos de desenvolverem atividades tipo piquenique e não sei o quê. Gostaria de saber se existe alguma indicação nesse sentido ou se o Parque da Devesa serve única e simplesmente para correr e para andar.”-----

-- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Respeitando o facto do senhor Presidente não ter tempo para responder, mas eu formularia a questão até de outra forma, que é esta a ideia, a preocupação: nós viemos a saber que estão no terreno, a exemplo de anos anteriores, cerca de dez vigilantes das florestas, nós achamos que a utilização de desempregados para esta finalidade, a nosso ver não faz muito sentido. Pugnamos, isso sim, é que a Câmara encete de uma vez por todas, formas de contratualização com gente por forma..., naturalmente que estes trabalhadores tenham a sua própria dignidade, que mereçam também frequentar cursos de formação para o efeito, que tenham, portanto os níveis necessários de cautelas no que diz respeito a este tipo de profissão que é importante ter-se, porque estão sujeitos a diversos tipos de problemas, de acidentes de trabalho, de assaltos, de atropelos que possam encontrar, até mesmo de situações de que necessitam a própria segurança física, e achamos que é um caso de precariedade que a Câmara Municipal não pode, de forma alguma, dar continuidade e contemplar estas situações.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Falo para a Assembleia, esperando que o executivo de alguma forma também me ouça.
 --- Eu regresso àquela questão da educação, porque há duas áreas que são da exclusiva competência já da autarquia, que é a questão dos transportes escolares e das refeições escolares, e perante estas circunstâncias, apesar de tudo, mesmo que a senhora Secretária de Estado não receba o representante da Câmara Municipal, o que me parece que aqui o município também não pode ficar à espera que a senhora, na sua agenda certamente que nos tempos que correm complicada, se permita a receber, eu penso que o município aqui tem que ter uma posição de força, não digo acampar em frente ao ministério, mas tem que nitidamente pôr-se ao caminho. Eu acho que aqui o executivo deverá fazer isso. Começará até, certamente o senhor Presidente há pouco falou nisso, na questão do contrato interadministrativo de delegação de competências assinado com o anterior governo, eu penso que ele nos dias que correm já não faz sentido, quer dizer, o senhor Presidente disse que o governo atual não tomou a iniciativa de o resolver, o município também não, eu sei que ele foi subscrito com vontade do município, mas perante as circunstâncias criadas, alguma coisa terá que ser reequacionada! Eu até me questionava, é uma minudência, mas na discussão que nós tivemos nesse contrato, perguntava-me como é que se subscrevia uma

cláusula que previa transferências, sei que é de capital, mas é uma das verbas, como é que se subscrevia uma cláusula em que era aferido pela média dos três anos dos últimos cinco salvo erro, já não me recordo exatamente da cláusula, e eu perguntava-me, se houver uma situação excecional, como é que se subscreve pacificamente uma cláusula destas? Essa circunstância excecional aconteceu. É claro que não há médias, não há tradição na coisa, mas avisa-nos quanto a este tipo de contratos. Eu acho que neste caso o município tem que fazer alguma coisa urgentemente e de forma veemente junto do Ministério da Educação para que as famílias, as crianças, as escolas, os agentes escolares em geral, possam durante o próximo mês ter uma ideia de como é que poderá iniciar-se o ano escolar.” -----

 --- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 4.000.000,00€, POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO MÉDIO AVE, CRL, NAS CONDIÇÕES MENCIONADAS NA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Nós gostaríamos que o senhor Presidente nos pudesse esclarecer o seguinte: -----

--- Já no orçamento para este ano de dois mil e dezasseis, foi contemplado aqui uma verba exatamente com esta rubrica de empréstimos de dois milhões e quinhentos mil, e outra de um milhão de euros. De facto achamos estranho que tendo sido contemplado no orçamento estas duas verbas de empréstimos, aliás até a segunda tem a ver precisamente com a estrada ali da zona da Mabor, achamos que enquadra-se ou não se enquadra, achamos estranho o facto, de vir com este empréstimo de quatro milhões de euros, porque nos parece que se enquadra precisamente nesta mesma rubrica. Estaremos na presença de mais um empréstimo senhor Presidente? O ano de dois mil e dezassete é só para o ano! Se acharmos por bem que as obras avancem, porque elas são necessárias, achamos é que há aqui alguma intenção de propalar no tempo tais obras, porque toda a gente sabe que para o ano há eleições autárquicas, e portanto suspeitamos seriamente que estamos na presença de mais um empréstimo para adiar para ser aplicado no próximo ano. Será mesmo assim senhor

Presidente?-----

--- Eu volto a explicar: Já no orçamento foi averbado esta verba de empréstimo, uma de dois milhões e quinhentos mil e outra de um milhão de euros, correto? Parece-nos que estas duas verbas tem a ver exatamente com este pedido agora de empréstimo de quatro milhões, porque elas tem a ver exatamente com o avançar para o custear das obras em causa! O que nós depreendemos é exatamente isto. Gostaríamos portanto, que o senhor Presidente nos pudesse esclarecer se é assim ou não, ou se estamos na presença de mais um empréstimo para fazer valer, enfim, próximo ano haverá certamente mais obras a fazer, é ano de eleições e, efetivamente a nosso ver não faz qualquer sentido haver nesta situação um segundo empréstimo, ou então estaremos na presença de uma próxima revisão orçamental para contemplar este novo empréstimo! Gostaríamos de ser esclarecidos.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado no orçamento o orçamento é uma previsão, como sabe prevê-se a receita, prevê-se a despesa, preveem-se atividades que suscitam despesa e para a qual é preciso receita. Numa linguagem simplista é isto o orçamento. O que está em cima da mesa é um caso concreto. Todos os empréstimos que a Câmara Municipal queira conceder de médio e longo prazo, têm que estar afetos a investimento. Não podemos requerer um empréstimo duas vezes para o mesmo investimento, percebe senhor deputado! Não é possível, isso não acontece, garanto-lhe. Como o senhor deputado viu na proposta, há um conjunto de investimentos e há uma afetação de uma parcela do empréstimo a cada um desses investimentos, entende senhor deputado? A Câmara Municipal só pode contrair este tipo de empréstimos para realizar investimentos. A Câmara Municipal tem que justificar quais são os investimentos que quer executar com os empréstimos que quer contrair! É o que estamos a fazer! A única coisa que está em discussão aqui é isso, nada mais! A questão do orçamento como disse é uma questão de previsão. Se executa ou não, é uma questão que ao longo do ano se tem que medir. Agora não há o mesmo empréstimo, o mesmo empréstimo não pode ser justificado, aliás a mesma obra, não posso ficar com dois empréstimos entende senhor deputado!” -----

-- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “É o seguinte: de facto achamos muito estranho, porque normalmente, nós deveríamos estar na presença de um pedido de empréstimo, não de quatro milhões de euros, mas sim de três mil e quinhentos milhões de euros, porque é a verba que está assente no anexo dos empréstimos do plano e orçamento de 2016! Uma de dois milhões e quinhentos mil euros e outra de um milhão de euros! Portanto, faria todo o sentido é que se estivéssemos na presença de recurso a um empréstimo, isso sim, de três milhões e quinhentos mil euros e não de quatro milhões! É essa a questão.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado, este não é o único empréstimo neste exercício! Não é o primeiro e pode não ser o último! Nós não estamos a fazer o mesmo empréstimo que estava previsto no orçamento a que o senhor fez referência! Uma coisa não tem nada a ver com a outra, senhor deputado! São empréstimos completamente distintos! E os investimentos que queremos realizar com eles também são diferentes! Nada impede que dentro de alguns meses, possamos trazer a reunião de Câmara e Assembleia Municipal uma nova proposta de empréstimo!” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Relativamente a esta questão do empréstimo e uma singela questão: uma das verbas aqui contempladas é a beneficiação do estádio municipal, ao qual ficou consagrado num montante de empréstimo de novecentos mil euros, não é? Será, portanto uma comparticipação de cerca de cem mil euros por parte do capital do executivo. -----

--- Eu questionava só, que tipo de beneficiação é que se prevê e se porventura, eu não faço disto um cavalo de batalha meramente exótico, quer dizer, contempla só o futebol, realmente a pista de atletismo está aqui cabimentada, se fosse possível esclarecer esta questão.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor deputado o estádio municipal precisa de várias intervenções, haveremos de elaborar um cronograma dessas mesmas intervenções. O que está em causa numa fase inicial tem a ver com a criação de condições básicas, nomeadamente ao nível de balneários e do relvado para que o estádio tenha e cumpra desde logo as normas que as organizações, as competições onde o Futebol Clube de Famalicão participa exigem. -----

--- Sobre a questão da pista de atletismo: a pista de atletismo não será no estádio municipal. Esse é um facto já do conhecimento, será construído em breve um outro complexo, também conterà uma pista de atletismo, mas não será no estádio municipal.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 4.000.000,00€, POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO MÉDIO AVE, CRL, NAS CONDIÇÕES MENCIONADAS NA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

--- **TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, O LOTE DE TERRENO COM A ÁREA DE 551,56M2, SITO NO LUGAR DA CARVALHOSA, FREGUESIA DE LOUSADO, PELO VALOR BASE DE LICITAÇÃO DE 12.500.00 €, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Apenas e somente para dizer aquilo que é apanágio da nossa parte vir dizendo neste tipo de propostas que iremos votar contra, a não ser que nos convençam sobretudo, e já agora o senhor Presidente da Junta de Lousado, que não há mesmo nada a fazer a este espaço, porventura um espaço que fica situado precisamente na zona onde se encontra a fábrica Mabor, e portanto pensamos que é uma mais-valia, pensamos que o mesmo não deve ser desperdiçado e compete, sem dúvida nenhuma á Autarquia Local e à Junta de Freguesia, tomar a peito esta possibilidade que pode de facto enriquecer a sua freguesia. Neste sentido gostaríamos também se possível, ouvirmos o senhor Presidente de Junta de Freguesia se não tem mesmo nada para propor para este mesmo espaço.” -----

--- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSADO (MANUEL COSTA)**

– disse: -----

--- “Só queria perguntar se conhece o espaço? Aquilo é uma zona industrial. Está ali um espaço morto colado a um pavilhão. A Junta de Freguesia tem tratado daquele espaço ultimamente em termos de limpeza, porque não devia ser a Junta a tratar ali e aquilo devia ter um condomínio, também aquelas empresas. Nós para mantermos aquilo limpo, temos feito a limpeza a isso. De facto o espaço que está lá, é um espaço grande que dá para ampliar e fazer um outro pavilhão, portanto não vejo a utilidade, vejo na zona industrial um destino próprio para se alienar aquilo a quem..., provavelmente vai ser, penso eu, pode haver um interessado do pavilhão que tenha interesse no respetivo terreno para expandir a sua empresa, colado ao pavilhão existente lá. Penso que deve ser esse o mais interessado e se calhar o que terá, digamos, prioridade. Portanto é um espaço que está ali abandonado, a criar mato e que nos está a dar trabalho.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, O LOTE DE TERRENO COM A ÁREA DE 551,56M2, SITO NO LUGAR DA CARVALHOSA, FREGUESIA DE LOUSADO, PELO VALOR BASE DE LICITAÇÃO DE 12.500.00 €, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR E UM CONTRA.**-----

--- **QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DO PARQUE DA DEVESA, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 243.000.00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)----**

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DO PARQUE DA DEVESA, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 243.000.00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, TUDO**

NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. ----

--- QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AOS TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2016/2017, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.562.327,40€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AOS TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2016/2017, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.562.327,40€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS SUBJETIVOS AO INVESTIMENTO RELATIVOS AOS ANOS DE 2014 E DE 2015 CONSTANTES DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- DOMINGOS COSTA (CDU) – disse: -----

--- “Referir que não sendo esta uma matéria nova, iremos votar contra porque discordamos em pleno deste princípio que é conceder benefícios fiscais a empresas que a nosso ver são completamente desajustados, no sentido de quer entre eles, quer mesmo em comparação, ou melhor dizendo, quer mesmo em relação ao conjunto em geral dos munícipes, são uma desgraça em termos de justiça, ou seja, são completamente injustos.”-----

--- PAULO PINTO (PS) – disse:-----

--- “Só para garantir e tranquilizar o senhor Presidente da Câmara, que o Partido Socialista vai votar favoravelmente, visto que no período de antes da ordem do dia, apresentamos um voto relativamente a esta situação e a maioria absteve-se e com o voto contra da CDU podia

haver aqui alguma dúvida se isto seria aprovado. Portanto, pode ter a certeza que o Partido Socialista irá apoiar e irá votar favoravelmente.” -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS SUBJETIVOS AO INVESTIMENTO RELATIVOS AOS ANOS DE 2014 E DE 2015 CONSTANTES DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

--- SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM AS FREGUESIAS RELATIVO AOS SUPORTES PUBLICITÁRIOS DIRECIONAIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM AS FREGUESIAS RELATIVO AOS SUPORTES PUBLICITÁRIOS DIRECIONAIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTE QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- DOMINGOS COSTA (CDU) – disse: -----

--- “Em relação a esta proposta em que o município pretende passar a ser autoridade que rege o serviço público dos transportes, nós entendemos que apesar da lei consignar essa possibilidade, que deve continuar a ser o Estado e neste caso o IMT a ter este papel, porque pensamos também que a curto ou a médio prazo, apesar da possibilidade desta transferência

de cerca de três milhões de euros para as autarquias no sentido de gerir esta problemática do serviço público dos transportes, que as autarquias locais acabarão por ser prejudicadas na medida em que haverá custos acrescidos no decurso e na instalação de um conjunto de infraestruturas, das quais pensamos que é pena que a autarquia de Famalicão possa vir a ser e como virá a ser certamente prejudicada na nossa opinião. Portanto, nesta perspetiva, entendemos que deve ser acometido o papel ao Estado de garantir este direito à mobilidade e portanto deve ser da responsabilidade da Administração Central do Estado gerir este problema dos transportes públicos. -----

--- Em resumo, o que queríamos dizer era isto e iremos votar contra a proposta da Câmara.”

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTE QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E UM CONTRA.** -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período inscreveram-se e usaram da palavra as senhoras:-----

---- Catarina Guimarães, Maria de Lurdes Costa, Cláudia Machado, Irene Araújo e Patrícia Filipa Ferreira, intervieram e questionaram o senhor Presidente da Câmara sobre os contratos de associação das escolas. -----

--- Filomena Antunes – questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os transportes e condições na freguesia de Fradelos. -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu:-----

--- “Sobre o primeiro grupo de intervenções, todas relacionadas com as escolas com contratos de associação, devo dizer o seguinte: -----

--- Para a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, hoje e no passado, nomeadamente no passado recente, nunca houve uma distinção das escolas em função da qualificação jurídica de entidade detentora da escola. Quero com isto dizer uma coisa muito simples: o nosso

conceito de escola pública é diferente do conceito de escola estatal. O nosso conceito de escola pública abrange todas as escolas, sejam ou não estatais, que prestem serviço público de educação. Este sempre foi o nosso conceito de escola pública. -----

--- Ouvi intervenções de pessoas que têm responsabilidades agora e há muitos anos nestas escolas e sabem que a Câmara Municipal cumpriu no passado aquilo que agora estou a afirmar: nunca distinguimos as escolas em função do estatuto jurídico da escola. Uma escola é pública se ela faz parte do serviço de educação, se há condições de igualdade no acesso à escola e se o ensino que é administrado é aquele que cumpre as normas e as regras em vigor. Nunca distinguimos as escolas! E quando digo, nunca distinguimos as escolas, queremos dizer que todos os projetos, todos os planos, todas as posturas da Câmara Municipal, seja através do pelouro da educação que é aquele que mais diretamente se relaciona com elas, seja através de qualquer outra iniciativa da Câmara Municipal, nunca foram distinguidas! Não há um único projeto educativo na Câmara Municipal, que seja dirigido ao grupo A ou ao grupo B de escolas! Foram todos sempre dirigidos a todas as escolas! Esta é a postura que a Câmara Municipal assumiu em relação a este processo. -----

--- E quero a todos dizer uma coisa muito clara, esta é a postura que vamos continuar a assumir em relação a este processo. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, não mudou a sua perceção em relação a este tema! Não mudou a sua opinião em relação a esta matéria, nem vai mudar o seu trabalho em relação a este assunto! Tal como no passado, no futuro continuaremos a procurar dentro da nossa capacidade e âmbito de ação, criar projetos de soluções para todas as escolas que façam parte deste conceito de escola pública que há pouco partilhei convosco. O nosso conceito de escola pública não mudou! Não há nenhum despacho, nenhuma decisão que mude o conceito de escola pública para a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, ponto! Isto para mim é absolutamente inegociável e irreduzível. Agora, a Câmara Municipal não tem tutela sobre o governo! A Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade sobre decisões do governo, nem está ao seu alcance nenhum mecanismo travão para impedir a eficácia das decisões do governo. E portanto, em relação àquilo que é, o que possa ser feito para com o grau de eficácia pretendida, e eu percebo a vossa questão e acho-a legítima, a Câmara Municipal obviamente

não tem no seu âmbito de ação, qualquer tipo de instrumento que possa travar a decisão do governo em relação a esta matéria.-----

--- Sobre a concertação, é verdade! É verdade! Famalicão conseguiu algo inédito que foi uma concertação, salvo erro, ao nível do 5.º ano com todas as escolas sem qualquer exceção, todas as escolas, porque todas fazem parte da Rede Local de Educação e Formação, concertaram-se em relação às turmas para o 5.º ano. Foi notável o resultado a que chegamos! E recordam-se todos na altura, estávamos no final de Maio, quando eu disse numa intervenção pública, que sugeria que o governo não interferisse na educação de Famalicão! Sabem porque é que eu o dizia? Porque em relação a Famalicão havia consenso, não havia disputa, não havia nenhuma guerrilha instalada, não estavam umas escolas contra outras escolas! Eu sugeri ao governo, ao senhor Ministro e à senhora Secretária de Estado que não interferisse no *dossier* da educação de V. N. Famalicão, porque em Famalicão não havia problemas, estava tudo bem! E tanto estava tudo bem, que havia um acordo, repito, em relação ao 5.º ano. Um acordo que notamos pelo facto de consubstanciar um compromisso, e a educação exige compromisso entre todos os agentes. Porque só com compromissos é possível pacificar o processo! O que nós temos hoje é um clima de *caus* ou *pré caus* como há pouco eu referi. Agora sabem o que é que este governo pensa da Rede Local de Educação e Formação e do Conselho Municipal de Educação? Pensa que não tem a legitimidade para nada fazer, para nada decidir! São palavras da senhora Secretária de Estado! O Conselho Municipal de Educação e Formação, o de Famalicão e porventura os outros todos, não servem para nada! As suas decisões não interessam para nada! Portanto tudo o que nós andamos a fazer há muitos anos atrás, e eu acho que bem, tanto que acho bem, que vamos continuar a fazer, e aqui ninguém nos tutela, estamos em casa e ninguém manda em nós! Para a senhora Secretária de Estado não serve de nada, não tem valor nenhum, é letra morta, é como se não tivesse existido! Esta é a avaliação que este governo faz em relação a esta matéria. -----

--- Perante estas circunstâncias, temos o problema do tempo, claro que temos o problema do tempo, mas não fomos nós quem tomou esta decisão em maio ou em junho, já nem sei, os dias vão correndo tão depressa, é um frenesim tremendo, maio ou junho deste ano para o próximo ano letivo que começa em setembro e é preparado em abril se calhar, ou em março

bem preparado! Acho que uma escola prepara o ano letivo seguinte antes do ano letivo em curso terminar, acho eu e estou habituado às escolas a trabalharem bem em Famalicão, estou certo que o fazem. Portanto, depois de preparar o ano letivo seguinte, mudaram-se as regras para o ano letivo seguinte! A decisão é do governo não é nossa! Nós temos que lidar com ela, temos que a cumprir, porque ela é vinculativa! Não é uma questão de opinião, isto não é nenhum exercício de opinião que estamos a fazer. Temos a nossa opinião que é pública e clara sobre esta matéria. Temos uma decisão que obviamente temos que cumprir.-----

--- Há situações específicas complexas, há! Foi aqui citado pela Patrícia o caso de Riba de Ave. É verdade! Riba de Ave é um caso como a senhora Presidente de Junta também já aqui referiu, é um caso particularmente preocupante pela concentração que existe. São duas escolas que existem nesta vila, uma vila que foi afetada durante muitos anos por circunstâncias que afetaram a economia, nomeadamente no setor da economia, que levou ao encerramento de algumas empresas emblemáticas, para a vila, para o concelho, para a região e para o país. Umas ligadas ao têxtil, outras ligadas a outro setor. E o setor educação, proporcionou que Riba de Ave estivesse a conseguir ultrapassar dificuldades históricas que afetaram. É óbvio que isto é um rombo tremendo nas aspirações da Vila de Riba de Ave! A única garantia que eu posso dar à senhora Presidente de Junta, à Patrícia que aqui colocou a questão e aos ribadavenses, é que a Câmara Municipal continuará a desempenhar o seu papel para ajudar a vila e teremos brevemente dados concretos do que faremos em Riba de Ave. Nós estamos a fazer o nosso papel, a desempenhar a nossa missão e gostaríamos que estas situações não tivessem ocorrido, ocorreram, não está ao nosso alcance, repito, travá-las, impedi-las fazer o que quer que fosse para que elas não produzam os seus efeitos, mas está ao nosso alcance outra coisa de que não abdicaremos, é continuar a proteger as famílias, as escolas todas e a educação dos nossos alunos. Disso não abdicamos.”-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – solicitou a aprovação de todas as deliberações ali tomadas em minuta de ata, o qual foi aceite unanimemente. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e trinta minutos do dia seguinte. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** -----

-O SECRETÁRIO

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças; -----

--- Duas moções apresentadas pelo grupo municipal da CDU; -----

--- Um voto de congratulação, um voto de louvor e um voto de recomendação apresentados pelo grupo municipal do PS;-----

--- Um voto de protesto apresentado pelos grupos municipais do PSD e do CDS-PP-----

--- Uma moção apresentada pelo grupo municipal do BE; -----

--- Uma moção apresentada pelo grupo municipal do PSD;-----

--- Documentos referentes aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito;-----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito -----
